

## FUNÇÕES MEDIADORAS DA PETROBRAS NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL BRASILEIRA: A QUESTÃO DOS PREÇOS DE DERIVADOS DE PETRÓLEO

Luciano Duarte <sup>1</sup>

15

**Resumo:** A questão do preço dos derivados do petróleo, como: gasolina, diesel e GLP, ainda é relevante dada a importância destes para as estruturas produtivas e de reprodução da força de trabalho no território brasileiro. Ela ganha novo fôlego desde 2016, quando a Petrobras adota a política de Preço de Paridade de Importação (PPI) e as flutuações de preços são mais frequentes e agudas. Argumentamos que, apesar de hoje a Petrobras se mostrar como um canal de internalização de crises globais no território, como são as abruptas alterações da cotação do barril de petróleo, em outros momentos ela exerceu papel inverso, como anteparo aos efeitos dessas dinâmicas. Para tanto, analisamos a história recente da formação socioespacial brasileira e as reorientações políticas dos governos federais das últimas três décadas, identificando a gênese da atual orientação da Petrobras; e apontamos alguns efeitos socioespaciais causados pela dinâmica de preços e elementos territoriais que condicionam tal fenômeno.

**Palavras-chave:** Paridade de Preço de Importação; Política energética; Governança corporativa; Neoliberalismo; Globalização.

### PETROBRAS' MEDIATING FUNCTIONS IN THE BRAZILIAN SOCIO-SPATIAL FORMATION: THE MATTER OF OIL RESULTS PRICES

**Summary:** The issue of the price of oil derivatives, such as gasoline, diesel and LPG, is still relevant given their importance for the productive structures and reproduction of the workforce in Brazil. It gains new breath since 2016, when Petrobras adopts the Import Parity Price (IPP) policy and price fluctuations are more frequent and acute. We argue that, although today Petrobras is shown as a channel for internalizing global crises in the territory, as are the abrupt changes in the price of a barrel of oil, at other times it has played the opposite role, as a buffer against the effects of these dynamics. To this end, we

---

<sup>1</sup> Graduado e Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), atualmente professor do curso de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e-mail: [lucianopsilva@ufgd.edu.br](mailto:lucianopsilva@ufgd.edu.br), <http://orcid.org/0000-0001-5117-7496>.

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

analyze the recent history of the Brazilian socio-spatial formation and the political reorientations of the federal governments in the last three decades, identifying the genesis of the current orientation of Petrobras; and we point out some socio-spatial effects caused by the price dynamics and territorial elements that condition such a phenomenon.

**Keywords:** Import Parity Price; Energy Policy; Corporative Governance; Neoliberalism; Globalization.

### **LES FONCTIONS MÉDIATRICES DE PETROBRAS DANS LA FORMATION SOCIO-SPATIALE BRÉSILIENNE: LA QUESTION DES PRIX DES DÉRIVÉS DU PÉTROLE**

16

**Resumen:** La question du prix des dérivés du pétrole, tels que l'essence, le diesel et le GPL, est toujours d'actualité compte tenu de leur importance pour les structures productives et la reproduction de la main-d'œuvre au Brésil. Il a pris un nouvel élan depuis 2016, lorsque Petrobras a adopté la politique de Prix de Parité à l'Importation (PPI) et les fluctuations de prix sont plus fréquentes et plus marquées. Nous soutenons que, bien que Petrobras semble aujourd'hui être un canal d'internalisation des crises mondiales sur le territoire, telles que les changements brusques du prix du baril de pétrole, à d'autres moments, elle a joué un rôle inverse, en tant que tampon contre la effets de ces dynamiques. Pour ce faire, nous analysons l'histoire récente de la formation socio-spatiale brésilienne et les réorientations politiques des gouvernements fédéraux au cours des trois dernières décennies, en identifiant la genèse de l'orientation actuelle de Petrobras; et nous soulignons certains effets socio-spatiaux causés par la dynamique des prix et des éléments territoriaux qui conditionnent ce phénomène.

**Palabras clave:** Prix de Parité à l'Importation; Politique énergétique; Gouvernance corporative; Néolibéralisme; Mondialisation.

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

## **Introdução**

Dentre diversas funções essenciais que a empresa pública brasileira de petróleo, a Petrobras, exerce no território nacional, a de modulação dos preços de derivados de petróleo está na ordem do dia, especialmente desde 2016, quando essa empresa estabelece a política de Preço de Paridade de Importação (PPI) para formular os preços de venda de combustíveis em suas refinarias. A partir desse momento, nota-se claramente uma flutuação mais acelerada da variação dos preços desses produtos do petróleo e, mais recentemente, muito em razão da elevação global do preço do barril de petróleo, mas também pela valorização do dólar em relação ao real e determinadas decisões tomadas pela empresa e últimos governos federais.

Para além dos determinantes macroeconômicos, alterações nas políticas econômicas dos últimos governos e definições corporativas da Petrobras, procuraremos com o presente texto também apresentar alguns fatores territoriais que corroboram com a explicação do atual estado de coisas que envolve a questão dos preços de derivados de petróleo no território brasileiro. Ao mesmo tempo, buscamos identificar possíveis gêneses e processos históricos da formação socioespacial brasileira que ajudam a compreender essa atual conjuntura dos preços dos combustíveis, além de também indicar alguns reflexos territoriais dessa atual dinâmica e, por fim, refletir sobre possibilidades ou impossibilidades de reversão das tendências de acelerada flutuação e indeterminação dos preços dos derivados do petróleo no território nacional.

Tomaremos como categoria fundamental de sustentação das análises e das reflexões a serem desenvolvidas no presente texto a de formação socioespacial, tal qual formulada por Milton Santos (1977, p. 87–88), para quem, as relações entre espaço e formação social e econômica, tal como tratado tratado por certas vertentes marxistas, notadamente a leninista; se expressam num espaço particular, pois enquanto os modos de produção escreveriam a História no tempo, as formações sociais a escreveriam no espaço. Enquanto categoria sintética, a formação socioespacial, portanto, leva

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

simultaneamente a uma análise dos processos históricos de totalização quanto o funcionamento de um determinado momento da totalidade, ajudando a revelar as mediações entre o passado e o futuro, entre o mundo e os lugares do território usado de uma nação (SILVEIRA, 2014).

Pode-se assim considerar a formação socioespacial como uma configuração espessa de mediações (materiais e imateriais) que concretiza o agir político (RIBEIRO, 2003). O que levaria a considerar, dentre outros aspectos, o Estado-nação como um filtro entre o mercado mundial e as comunidades locais, podendo reduzir ou aumentar as influências que o primeiro exerce sobre o segundo (TAYLOR; FLINT, 2002). De modo semelhante, Harvey (2004) atesta que o Estado é um dos agentes que é convocado a participar de um processo de “negociação da espacialidade”. Mas para além de uma análise atenta do Estado e de seu quadro jurídico e normativo, a análise das formações socioespaciais exige uma compreensão das organizações econômicas e territorial existentes, assim como das dinâmicas do trabalho como da base técnica de um território (SILVEIRA, 2014).

Para tanto, o presente texto buscará primeiramente identificar alguns elementos da história política recente da formação socioespacial brasileira que constituem a gênese o atual estado de veloz flutuação dos preços dos derivados de petróleo, em especial dos combustíveis, no território nacional. Na segunda parte do texto, apresentaremos alguns dados que revelam como a dinâmica de preços desses produtos são alterados no decorrer da recente história brasileira, assim como alguns reflexos territoriais que eles acabam provocando. Por fim, almejamos apontar alguns elementos territoriais que acabam por condicionar essa atual dinâmica de preços e como estes mesmos podem criar uma certa inércia, ou ao menos obstáculos, a possíveis reorientações da atual política de preços estabelecido pela Petrobras.

## Elementos genéticos da atual questão das flutuações dos preços dos derivados

Como já foi amplamente debatido por diversos trabalhos que se debruçaram sobre as transformações políticas e regulatórias que ocorreram durante os primeiros governos neoliberais da formação socioespacial brasileira, notadamente no desenrolar da década de 1990, a que mais diretamente marca as dinâmicas do circuito espacial produtivo do petróleo no território nacional está na aprovação da Lei nº 9.478, de 1997, conhecida como “Lei do Petróleo” (DUARTE, 2019; PESSANHA, 2017; PIQUET, 2012). A partir dessa lei, quebra-se o monopólio estatal da exploração, produção e refino de petróleo no país, o que traz a possibilidade de atuação de empresas privadas estrangeiras nesse ramo produtivo, o que acaba se concretizando no segmento de exploração e produção, mas não no de refino<sup>2</sup>.

Para além dessa abertura a outros agentes produtivos do circuito do petróleo, a aprovação da “Lei do Petróleo” também traz profundas alterações à estrutura organizacional da Petrobras e abre diversas frentes de entrada aos agentes privados internacionais que passam a participar, ou ao menos influenciar mais intensamente, no circuito produtivo do petróleo no território brasileiro. Dentre essas frentes, claramente está a ampliação das redes financeiras ou, como trabalhamos em outra oportunidade (DUARTE; NABARRO, 2021), círculos de cooperação financeira que a Petrobras passa a estruturar no seu interior, dada a alteração do estatuto social da empresa que permite a abertura e negociação de suas ações nas bolsas de valores. Assim, logo após essas alterações, há o lançamento de ADRs (American Depositary Receipt) na Bolsa de Nova York e forte movimentação de agentes privados, inclusive estrangeiros, na compra desses ativos financeiros, além de participarem do conselho de administração da empresa (LESSA, 2006).

---

2 Dentre as 18 refinarias que hoje compõem o parque de refino do território brasileiro, somente cinco não são de propriedade da Petrobras, considerando que uma destas, a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), localizada no estado da Bahia, foi recentemente (2021) vendida.

Tal evento tem como uma de suas principais origens a profunda reforma de aparelho do Estado brasileiro que se buscava realizar naquele momento, e que contava como um de seus objetivos globais a limitação da ação do Estado sobre a produção de bens e serviços, reservando-a para a iniciativa privada (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 45). No entanto, o que de fato se vê no caso específico da Petrobras não é uma retirada completa do Estado das determinações da empresa, visto a manutenção da nomeação dos diretores da empresa sendo feita pelo governo federal e a maior parte das cadeiras do conselho de administração. Constitui-se sim um “novo regime de governo” que admite apenas o princípio do “*stakeholders*”, ou seja, as orientações das partes interessadas (DARDOT; LAVAL, 2016), que no caso das empresas estatais, como a Petrobras, passam a ser fortemente pautadas por lógicas como a do *shareholder values* (valores dos acionistas), próprias dos agentes mais integrados ao mercado financeiro e aos seus agentes dominantes.

Isso acaba por aprofundar enormemente uma dupla tensão dialética entre as “duas faces” que marcam os agentes estatais produtivos, principalmente a Petrobras. Primeiramente, entre as faces “pública” e “privada”, que desde a década de 1970 já se mostrava latente, sobretudo na intermediação, através de um complexo processo de negociação, de interesses dos atores de todas as esferas com que elas se relacionam, assumindo por vezes comportamentos de flexibilidade estratégica, suficiente para formular outros “projetos” futuros (CONTRERAS, 1993). Intermediação essa que passa a ser ainda mais tensa na medida em que agentes privados, na figura dos acionistas minoritários, passam a ter maior poder de decisão nos direcionamentos das ações da empresa.

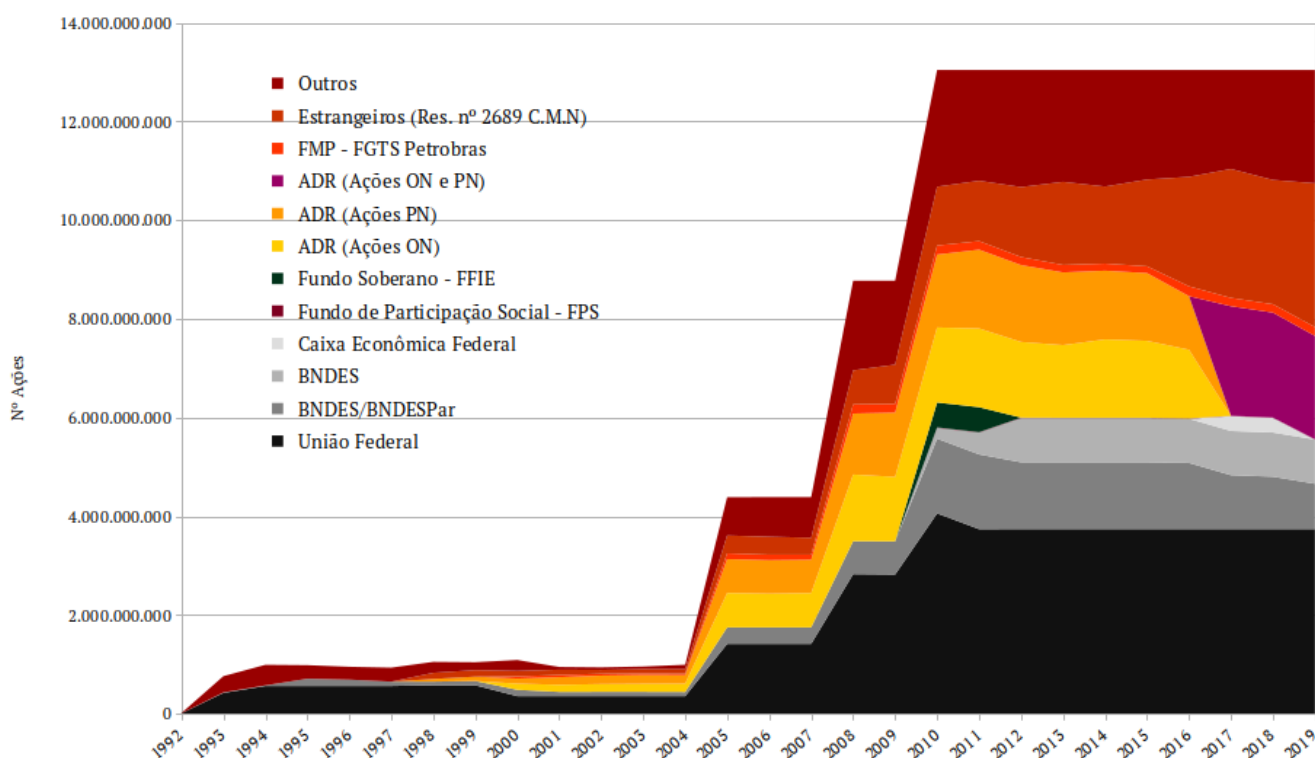
Em segundo lugar, uma tensão dialética também se aprofunda entre as faces “internas” e “externas”, “nacional” e “internacional” da Petrobras. Processo esse que teve até então como seu principal impulso ocorrido a partir de meados da década de 1990, quando ela passa a intensificar seu processo de internacionalização, com especial foco na América do Sul, ao mesmo tempo que amplia ainda mais seus investimentos internos

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

voltados à integração vertical da produção de petróleo e também na diversificação em empreendimentos energéticos de outras fontes além dos hidrocarbonetos (EGLER; RIO, 2015). Ao passo que sua face “interna” e “nacional”, mantivesse e até mesmo ganhasse grande reforço nas duas primeiras décadas dos anos 2000, foi nesse mesmo período em que sua face “externa” e “internacional” passam a ter ainda maior poder de gerência sobre as ações da empresa nacional de petróleo, em grande medida decorrente dos processos de ampliação e internacionalização do número de acionistas minoritários que passam a integrar seu capital social.

**Gráfico 1** - Evolução do volume de ações da Petrobras e proporcionalidade dos acionistas no capital social da empresa (1992-2019).



Fonte: elaboração própria com base em dados da Petrobras.

Como pode ser observado no Gráfico 1, a partir de 1997 uma maior variedade de agentes financeiros passam a fazer parte do corpo acionário da Petrobras. Além de dividir os dividendos da empresa, suas diretorias, ainda que indicadas pelo Estado,

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

passam cada vez mais orientar as ações da companhia segundo os ditames do mercado privado, inclusive dos mercados de capitais internacionais. Esse processo ganha corpo e vai evoluindo no decorrer dos anos 2000, quando há três movimentos de capitalização da empresa a partir da oferta maior de ações no mercado, sobretudo, em 2008, para buscar divisas que sustentariam os vultuosos investimentos necessária para a exploração do Pré-sal (LIMA, 2011).

Ainda que o Estado se mantivesse sua participação majoritária no capital social da empresa, e em alguns momentos da década de 2000 até mesmo a ampliasse utilizando suas instituições financeiras como o BNDES, percebe-se a intensificação da pressão dos acionistas minoritários sobre a política administrativa da empresa, o que fica claro com as ações governamentais que buscaram fazer com que a Petrobras tivesse ainda maior aderência ao mercado de capitais. Isso pode ser observado mais uma vez no Gráfico 1, quando, principalmente a partir de 2016, as ações ADR-ON (ordinárias) e ADR-PN (preferenciais) são fundidas, o que representa um fortalecimento do poder de influência<sup>3</sup>, ainda que indireta, dos acionistas detentores desses títulos sobre as políticas da empresa. Isso ocorre em razão da aderência da Petrobras ao “Nível 2 de Governança Corporativa” da B3.

Essa mudança é uma das menos profundas dentro do amplo conjunto de exigências que esse segmento do mercado de capitais estabelece para as empresas que dele buscam participar. Outros critérios mais profundos exigiram até mesmo que o estatuto jurídico da Petrobras tivesse de ser alterado em diversos pontos. Mas visto que este estatuto é regulamentado por lei, foi necessário a promulgação da Lei nº 13.303, de 2016, que dispõe de novas regras para a Petrobras e demais empresas públicas. O que aprofunda ainda mais a “governança corporativa” como diretriz de ação e de procedimentos da

---

<sup>3</sup> A fusão dos tipos de ações tende a aumentar o poder de influência dos acionistas nas decisões da empresa pois, ao contrário do que ocorria quando a empresa não fazia parte do Nível 2 de Governança da B3, ambos terão o mesmo nível de representação no conselho de administração. Mas além disso, essa fusão também acaba por reforçar as diretrizes de decisão da empresa, buscando atender seus interesses mais do que outros objetivos.



empresa, como por exemplo, a proibição de indicação de pessoas que tenham tido “participação política” para o conselho de administração e diretoria das empresas.

A “governança corporativa” também é aprofundada quando se observa a frequente contratação de empresas internacionais de consultoria para realizarem os processos de auditoria fiscal da Petrobras. Ainda que isso seja uma praxe e exigência internacional para empresas com capital aberto em bolsas de valores, a preocupação com a contratação dessas empresas fica ainda mais clara após os desdobramentos das operações policiais e judiciais, iniciada em 2014, em que se apontava processos licitatórios irregulares praticados pela empresa. Nesse caso específico, a demanda por empresas de auditoria reconhecidas pelos principais agentes do mercado financeiro se intensifica. Dado que em 2015 a PricewaterhouseCoopers (PwC), então empresa contratada pela Petrobras, deixa de assinar as demonstrações financeiras de 2014 da empresa, em razão das investigações em curso sobre prováveis malversações de dinheiro no interior da Petrobras. Fato este que também contribuiu para o rebaixamento da notas da Petrobras segundo os critérios das agências de classificação de risco. Por essa razão, a KPMG é contratada para assumir tal tarefa de produção dessas informações de auditoria.

Por fim, outro elemento importante que orienta as ações da Petrobras segundo princípios mais corporativos do que públicos vem do fato da empresa passar a buscar alterar drasticamente seu “perfil de investimentos”, com o intuito de atender os parâmetros de “governança corporativa” das agências de classificação de risco (*rating*). Dentre tais parâmetros, um dos principais seria a redução do nível de endividamento da empresa, que no atual momento estaria muito elevado e, portanto, não permitiria novos investimentos. Desse modo, visando diligentemente responder tais diretrizes, desde 2015, quase a plenitude dos presidentes da empresa passam a ter um caráter mais financistas e mercadológico, evitando totalmente funcionários de carreira da empresa, profissionais e/ou acadêmicos ligados ao setor de petróleo, focando assim em gestores de empresas privadas, por vezes com pouca experiência no setor, e forte

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

vínculo com o mercado financeiro. Com isso, busca-se diretamente retomar o “grau de investimento” da empresa, nível este que as agências de classificação estabelecem a partir de seu sistema de notas, e que, no caso da Petrobras, teve suas notas fortemente rebaixadas após a publicização das ações judiciais envolvendo a empresa, seus principais fornecedores nacionais e sujeitos políticos.

Alguns reflexos diretos dessa nova postura política de nomeação de presidentes da empresa e ações empresariais orientadas pela busca pela lucratividade dos acionistas minoritários e pelos princípios das agências de classificação de risco são: a nova política de preços adotada pela Petrobras, vinculado aos preços de importação e maior aderência às flutuações dos preços dos combustíveis no mercado internacional, como será discutido na próxima parte do texto; e orientação dos investimentos da empresa para um único segmento do ramo produtivo, a exploração e produção de petróleo bruto, como será discutido na última parte do texto.

Esses elementos conjugados mostram como as “faces” privada e internacional da Petrobras são mais uma vez reforçadas, em detrimento daquelas de caráter pública e nacional. No contexto dos governos neoliberais da década de 1990 no Brasil, esse processo já havia sido agravado. Porém, ele prossegue durante os governos neodesenvolvimentistas, ainda que estes ainda mesclassem conformações aos ditames do mercado com a defesa de alguns direitos sociais (BRANDÃO, 2017), como foi o caso da manutenção da política de preços baseado nos custos nacionais de produção da Petrobras. Porém, em seguida ao processo de ruptura política por que passa a formação socioespacial brasileira em 2016, há novamente uma retomada das políticas neoliberais mais radicais no governo federal. A empresa estatal de petróleo se torna mais uma vez alvo de forte reorientação de suas ações, tendo aqui como principal ponto a adoção do Preço de Paridade de Importação (PPI) como parâmetro de composição dos preços dos derivados produzidos em suas refinarias.

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

### **Atual dinâmica de preços dos derivados e alguns de seus reflexos territoriais**

Apesar de todo o processo de abertura do mercado de petróleo e derivados aos agentes privados e internacionais, além das privatizações de infraestruturas e venda de grande volume de ações do capital social da Petrobras, esta empresa ainda se mantém, em certa medida, sua estrutura verticalmente integrada de produção de petróleo e derivados, além de ser a petroleira com maior volume de exploração de petróleo e refino no território nacional e uma das principais no mercado internacional (SAUER; RODRIGUES, 2016). Tal importância da Petrobras no circuito espacial produtivo do petróleo, especialmente no território nacional, permite que entendamos sua constituição e estruturação como um processo de internalização de um centro de decisão do desenvolvimento, tal como proposto por Celso Furtado (1978, p. 16). Para este economista brasileiro, os centros de decisão do desenvolvimento são agentes e instituições da entidade nacional que sejam capazes de interpretar interesses comuns, definir objetivos e assegurar a coordenação das iniciativas particulares em função da consecução dos objetivos nacionais.

De outro modo, pode-se dizer que a Petrobras se mostraria como um importante elemento mediador da formação socioespacial brasileira, que permitiria, em algum grau, tensionar as determinações e formas de manifestação do modo de produção capitalista no território nacional. Ou ainda, que a empresa estatal de petróleo se apresenta como um importante instrumento de regulação das determinações dos circuitos espaciais produtivos, especialmente globais como o do petróleo, sobre o território, permitindo que, em alguma medida, o território regula-se as dinâmicas desses circuitos (SANTOS, 2001).

Porém, após os processos de intensificação das lógicas corporativa, mercadológica e financeira que passam a imperar no interior da Petrobras e orientar suas ações, como descrito anteriormente, mas principalmente com a adoção da PPI em 2016, pode-se dizer que a Petrobras passa a expressar de forma mais potente um caráter de “canal

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

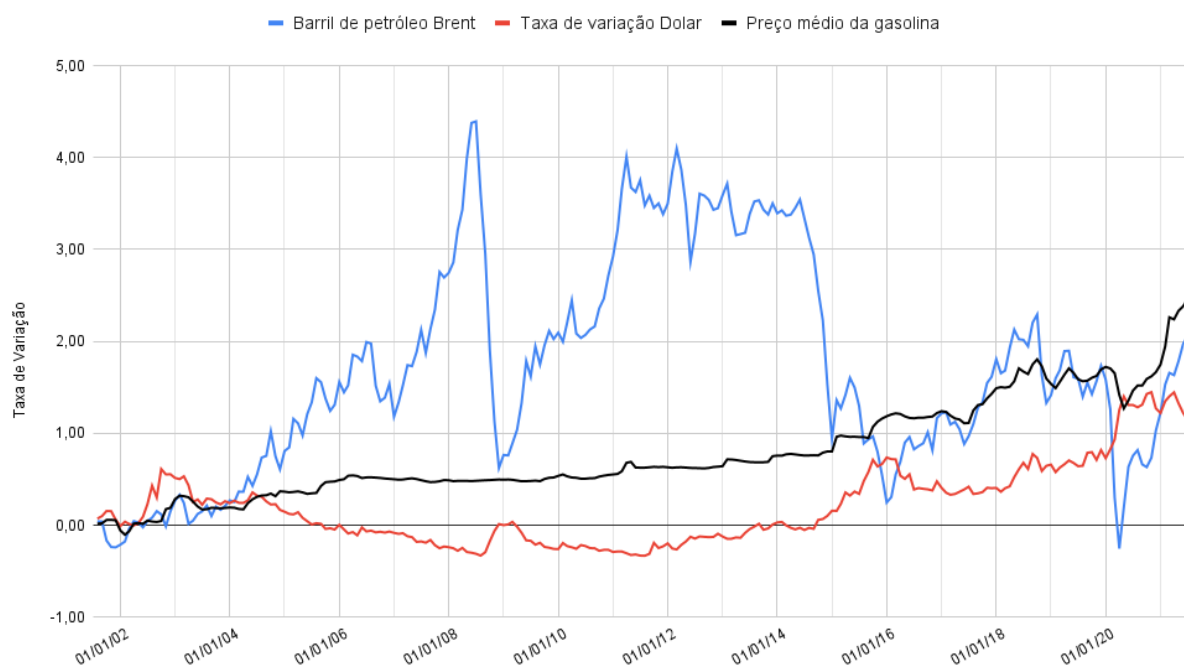
potencializador” da crise estrutural da globalização (SANTOS, 2012) sobre o território nacional. Pois, ao invés dessa petroleira ser usada como instrumento de controle ou ao menos atenuador das rápidas flutuações dos preços internacionais do barril de petróleo, que cada vez são mais aceleradas em razão do elevado grau de especulação financeira dessa *commodity* (LABBAN, 2010), ela potencializa a internalização dessas dinâmicas no território nacional. Isso fica claro a partir da leitura do Gráfico 2, onde se percebe que até o ano de 2016, apesar de drásticas flutuações da cotação internacional do barril de petróleo, o preço médio da gasolina no Brasil se mantinha relativamente estável, ainda que tivesse variações positivas desde 2002. Ainda que os preços dos derivados segundo o PPI não sejam influenciados exclusivamente pela cotação internacional do barril de petróleo, mas também pelos custos e impostos sobre o processo de importação, após 2016, vê-se como a variação do preço médio da gasolina passa então a acompanhar a cotação internacional do barril de petróleo, e em alguns momentos, como a partir de 2020, sua variação passa a ser superior ao do barril tipo Brent.

Apesar do Gráfico 2 representar somente a variação do preço da gasolina, essa mesma tendência se refletiu nos demais combustíveis derivados de petróleo, como é o caso do diesel. Conjuntamente, esses são notadamente responsáveis por movimentar expressiva parte dos meios de transportes no território brasileiro, seja automóveis individuais e urbanos, no caso da gasolina, como de caminhões, no caso de diesel. Isso acarreta, além de um custo mais elevados para o transporte de pessoas e mercadorias, em uma maior dificuldade no planejamento, a curto prazo, dos preços a serem cobrados pelos serviços de transporte, seja no interior das cidades, especialmente com táxis, motoristas de aplicativo e entregadores de pequenas mercadorias; seja no transporte intermunicipal e interestadual de cargas e pessoas. Nota-se com isso uma maior pressão sobre empresas de logística e caminhoneiros autônomos na composição dos preços de frentes, assim como na dificuldade de manutenção de rendimentos mínimos para motoristas e entregadores autônomos das cidades brasileiras.

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

**Gráfico 2** - Taxas de variação da cotação internacional do barril de petróleo tipo Brent, da cotação do dólar e do preço médio da gasolina no Brasil (2002-2021).



Fonte: elaboração própria com base em dados de Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Banco Central e Trading Economics.

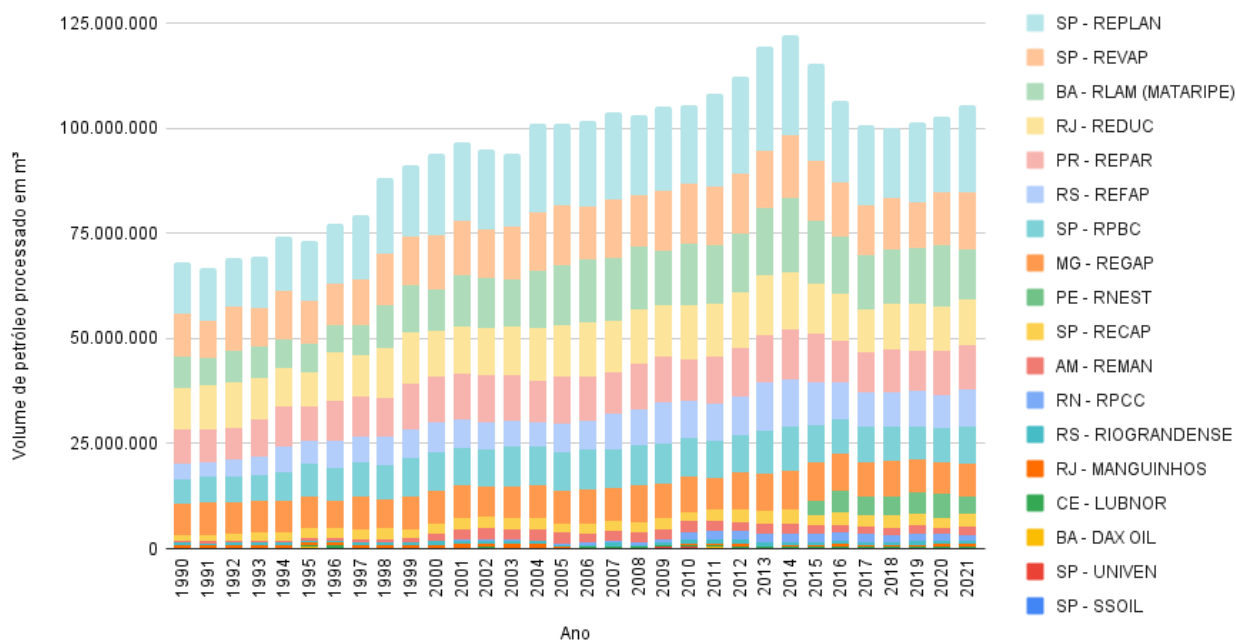
Além da variação acelerada dos preços da gasolina e do diesel, a incerteza e vulnerabilidade da economia brasileira, dos sistemas de movimentação geográfica e dos trabalhadores do setor de transporte, especialmente de cargas, aumenta ainda mais na atual conjuntura, quando ainda há alguns reflexos da pandemia e, agora, da guerra da Ucrânia. Ao invés de combater tais incertezas e vulnerabilidade, o que se observa é uma redução do volume de petróleo processado nas refinarias brasileiras desde 2015, como pode ser observado no Gráfico 3. Isso deriva em muito das novas orientações políticas da Petrobras quanto a dinâmica de processamento de petróleo em suas refinarias. Nesse contexto, vale destacar que, ainda que o parque de refino instalado no território nacional não possua capacidade plena de atender a demanda interna de combustíveis, sua capacidade de atendimento estaria muito mais próxima caso as refinarias

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

operassem nos níveis alcançados entre os anos 2012 e 2015 (Gráfico 3), visto ainda que a produção nacional de petróleo bruto se aproxima muito da demanda energética nacional.

**Gráfico 3** - Volume de petróleo processado nas refinarias instaladas no território nacional.



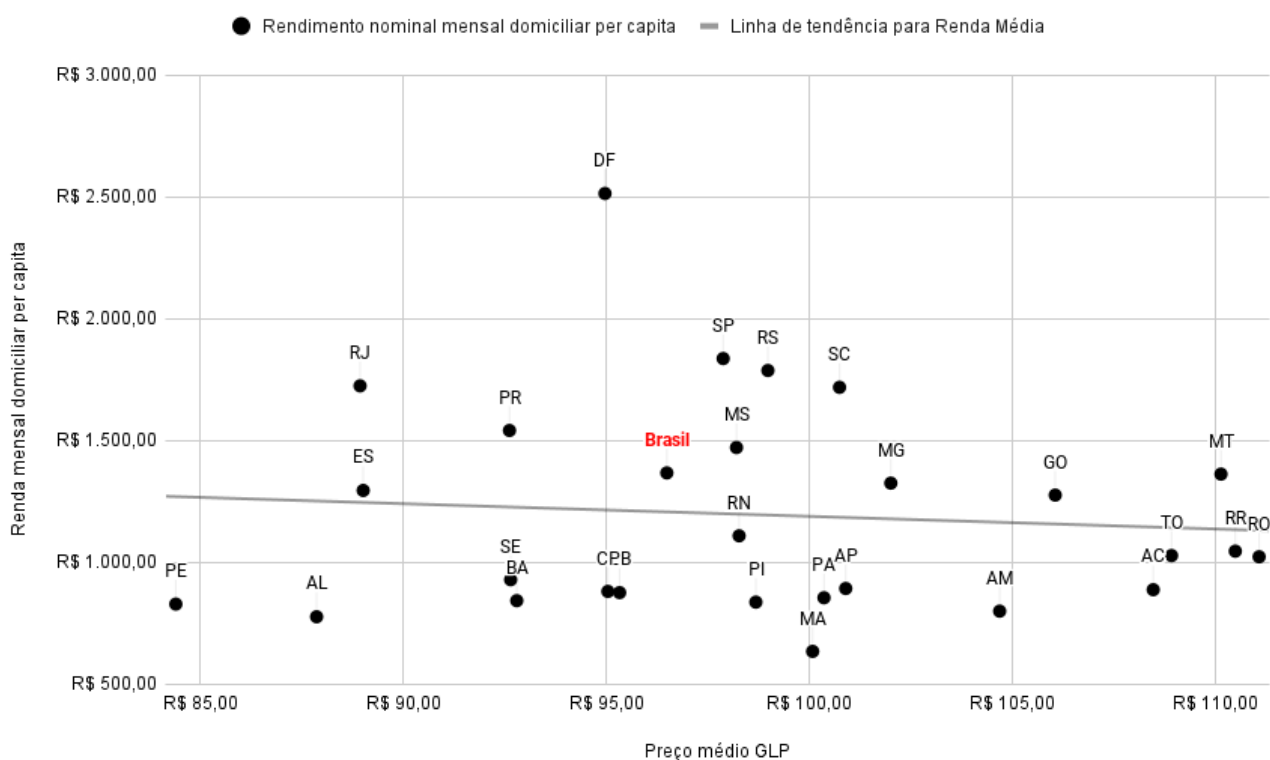
Fonte: elaboração própria com dados da ANP.

Tal redução do volume de petróleo processado é explicado em parte pelo enfoque que a Petrobras passa a ter nas atividades de exploração e produção de petróleo bruto, potencializando também o processo de exportação do petróleo bruto em detrimento de seu processamento em território nacional. Outro fator que contribui para explicar tal redução está precisamente na adoção do PPI pela empresa, pois tornou os derivados importados tão competitivos quanto os refinados internamente.

**Gráfico 4** - Relação da renda mensal domiciliar per capita por preço médio do GLP (em 2022, sem incidência de ICMS) segundo as unidades da federação.

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)



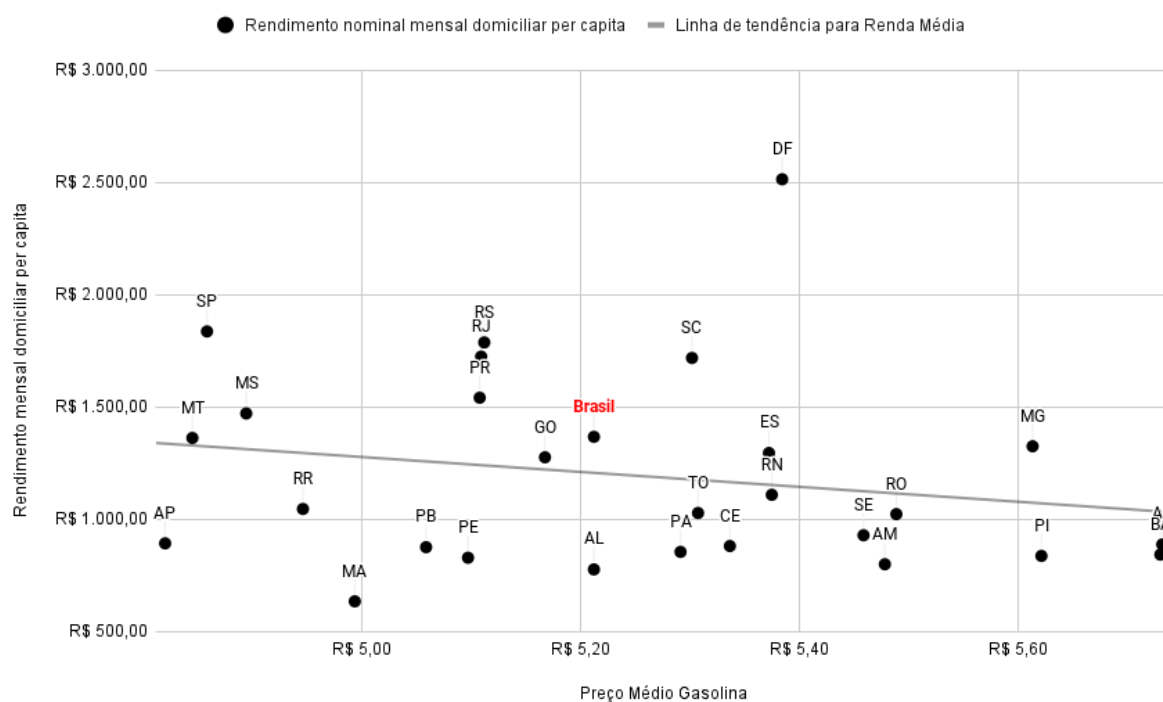
Fonte: elaboração própria com dados da ANP e IBGE.

Ainda que a variação do preço dos combustíveis para automóveis reflitam diretamente na vida econômica e cotidiana de todo o território e classes sociais, talvez um dos que atinja com maior força as populações mais pobres seja o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Isso fica explícito quando se observa um maior comprometimento dos rendimentos domiciliares com esse produto essencial para as atividades de cocção de grande parte dos lares no território nacional. Todavia, esse comprometimento da renda média dos domicílios varia significativamente entre os estados da federação, o que mostra uma profunda desigualdade regional. Como pode ser observado no Gráfico 4, apesar do preço médio do botijão de 13kg de GLP ser bastante elevado em estados da região Centro-Oeste, como Mato Grosso e Goiás, esse produto compromete relativamente menos a renda mensal domiciliar de seus habitantes quando comparamos com estados da região Norte, como Rondônia, Roraima, Tocantins e Acre.

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

**Gráfico 5** - Relação da renda mensal domiciliar per capita por preço médio da gasolina (em 2022, sem incidência de ICMS) segundo as unidades da federação.



Fonte: elaboração própria com dados da ANP e IBGE.

Essa desigualdade socioespacial ao acesso aos derivados também se expressa no caso da gasolina, como pode ser observado no Gráfico 5. Fica patente que, apesar do preço médio desse combustível ser bastante elevado no estado de Minas Gerais, proporcionalmente à renda mensal domiciliar per capita seu acesso é muito mais difícil para os residentes de estados da região norte e nordeste, especialmente Bahia e Acre, mas também Piauí, Rondônia, Amazonas e Sergipe. Como será discutido no próximo tópico do texto, a privatização e o estabelecimento de preços médios mais elevados praticados pelas refinarias da Bahia e do Amazonas podem ajudar a explicar essa maior disparidade de acessibilidade aos referidos combustíveis, especialmente no caso do estado da Bahia no caso da gasolina e estados da região norte no caso do gás liquefeito de petróleo.

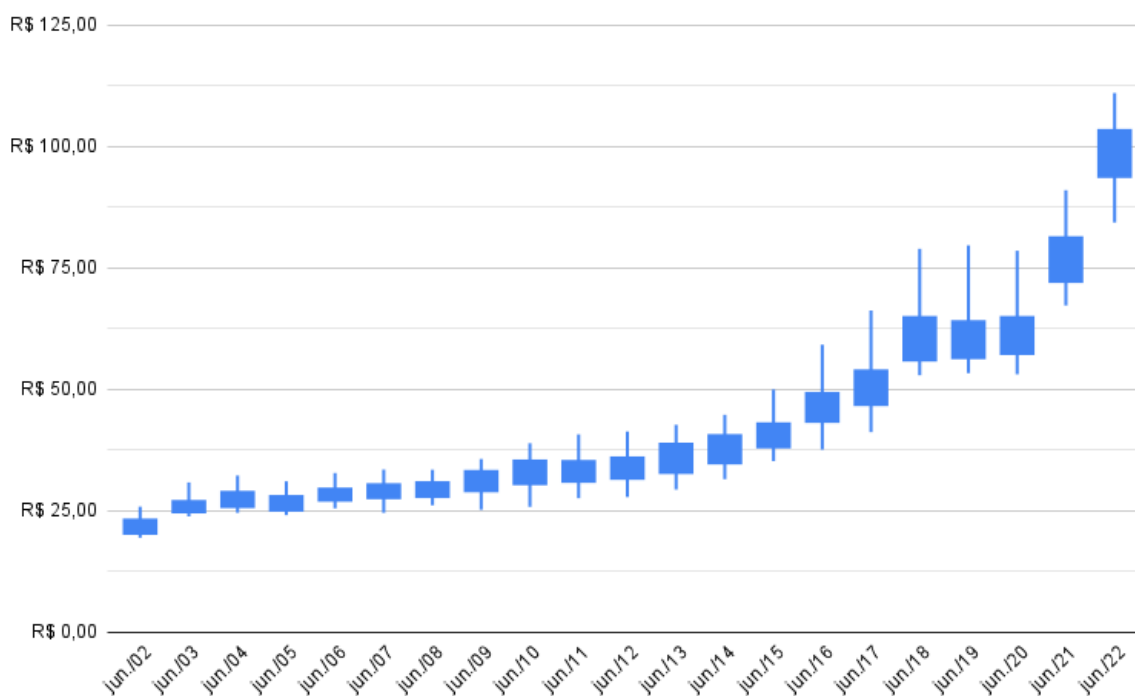
DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)



Apesar dessa desigualdade regional ser algo estrutural, muito em razão da distribuição das refinarias e sistemas de transportes de combustíveis no território nacional, ela se amplia expressivamente desde 2016, como pode ser observado no Gráfico 6. Além do crescimento das diferenças dos valores medianos (representados pela altura das caixas) do preço do GLP entre os estados brasileiros, vê-se uma ampliação ainda maior dos valores máximo e mínimo, o que mostra o alargamento ainda maior das discrepâncias regionais no acesso a esse combustível essencial. Situação essa que se replica no caso de outros combustíveis fundamentais para a população, mais precisamente de classe média, como a gasolina (Gráfico 7).

**Gráfico 6** - Evolução dos preços mínimos, máximos e medianos (primeiro e terceiro quartil) do preço médio do GLP (sem incidência de ICMS) nos diferentes estados brasileiros (2002-2022).

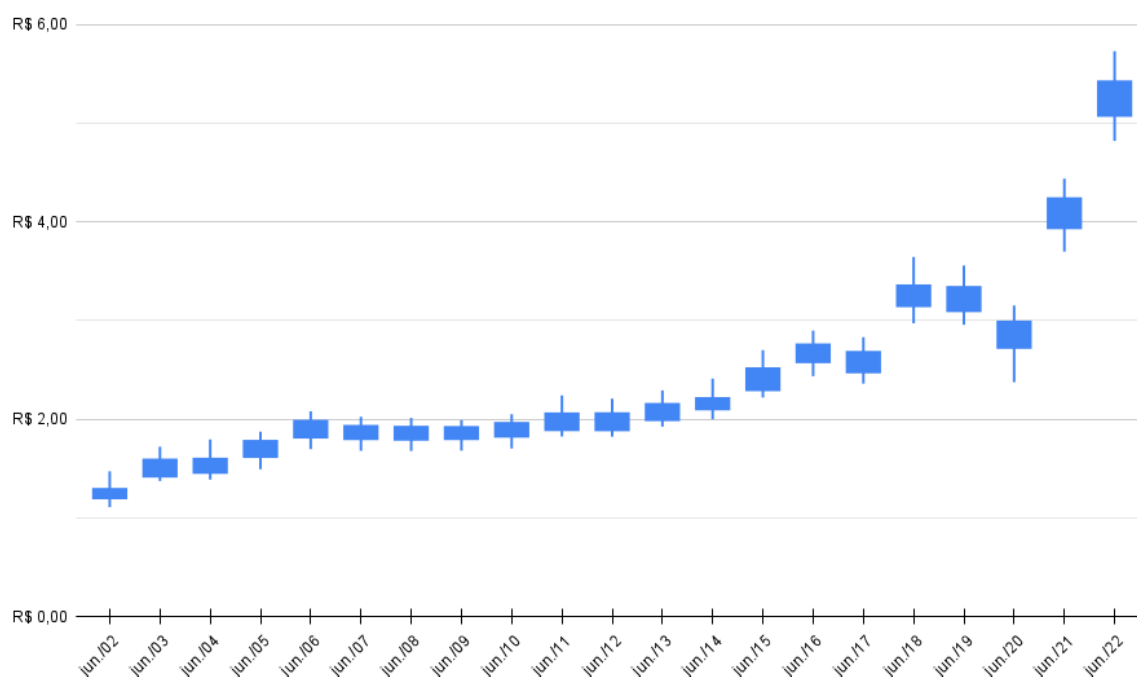


Fonte: elaboração própria com dados da ANP.

**Gráfico 7** - Evolução dos preços mínimos, máximos e medianos (primeiro e terceiro quartil) do preço médio da Gasolina (sem incidência de ICMS) nos diferentes estados brasileiros (2002-2022).

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)



Fonte: elaboração própria com dados da ANP.

Há ainda certa carência de explicações definitivas para determinar quais são os principais elementos que contribuem para fazer acelerar essa desigualdade regional dos preços médios dos combustíveis, visto que os preços expressos nos Gráficos 6 e 7 desconsideram as diferentes alíquotas estaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em outras palavras, é preciso buscar elementos mais estruturais que expliquem tal desigualdade espacial, pois elas não seriam rebaixadas ainda que já tivesse efeito a Lei Complementar nº 194, de 2022, em que se fixa nacionalmente as alíquotas de ICMS, eliminando, portanto, as variações por estados ao estabelecer como padrão a alíquota de 17% ou 18% sobre bens e serviços relacionados a combustíveis<sup>4</sup>.

4 Neste ponto é importante registrar que durante o ano de 2022 o então governo federal sancionou tal lei com o discurso de que a incidência do ICMS sobre os combustíveis que explicaria a elevação de seus preços, o que mostramos neste artigo que a principal razão está na política de preços da Petrobras, o PPI, e pelas dinâmicas de flutuação do barril no preço internacional. Portanto, ainda que essa lei tenha influenciado momentaneamente sobre os preços médios em escala nacional, os efeitos sobre as desigualdades socioespaciais não são corrigidas, como pode ser observado nos Gráficos 6 e 7.

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

Uma das hipóteses que o presente texto levanta e que necessita de maior esforço de verificação para explicar esse aprofundamento da desigualdade socioespacial dos preços dos combustíveis está na privatização, desinvestimento e redução de novos investimentos nas estruturas e segmentos de refino, transporte e distribuição do circuito espacial produtivo do petróleo por parte da Petrobras. Isso fica claro com as privatizações do sistema de distribuição da empresa, a BR Distribuidora, e de infraestruturas de refino e gás natural, assim como a perda investimentos na Transpetro, uma fundamental subsidiária da petroleira no processo de integração do território nacional. O que leva ao próximo ponto do texto, em que problematiza algumas bases materiais do território que possam impedir ou ao menos dificultar outras orientações políticas para a questão dos preços dos derivados de petróleo no território nacional.

### **Inércias territoriais sobre orientações contrárias às atuais políticas de preços**

O processo de venda de ativos elencados na Tabela 1 começa a ser feito de forma ainda mais sistemática pela Petrobras especialmente a partir da queda das notas dadas pelas agências de classificação de risco, tendo como principal justificava a necessidade de reduzir o nível de endividamento da empresa. Nesse momento também já se observava o recrudescimento das políticas neoliberais no governo federal e no interior da Petrobras, muito em razão da figura do então Ministro da Fazenda, Joaquim Levy e do recém nomeado presidente da empresa estatal Aldemir Bendine, isso ainda durante o governo de Dilma Rousseff (PT). Tendência que prossegue e se intensifica ainda mais após a interdição do mandato deste governo eleito e do rompimento dos pactos políticos que sustentavam o projeto neodesenvolvimentista. A partir disso emergem novos governos com características estritamente neoliberal, como de Michel Temer (MDB), e ultra-neoliberal, como de Jair Bolsonaro (então PSL, atualmente PL).

**Tabela 1** - Seleção de ativos da Petrobras vendidos desde 2017.

<b>Empreendimento</b>	<b>Situação</b>	<b>Comprador</b>	<b>Etapa</b>	<b>US\$ bi</b>
-----------------------	-----------------	------------------	--------------	----------------

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

Campos de Iara (Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu); Campo de Lapa; Terminal de Regaseificação na Bahia; Térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado (Bahia)	Venda de 22,5% na concessão de Iara	Total S.A. (França)	Produção	2,2
Petroquímica de Suape e Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe)	Venda de 100% das empresas	Alpek (México)	Consumo	0,385
Venda de participações da Petrobras biocombustíveis na empresa Guarani S.A.	Venda de participações (45,97%)	Tereos (França)	Energia	0,202
Nova Transportadora do Sudeste (NTS)	Venda de aproximadamente 90% das ações da empresa	Brookfield (fundo de investimento de vários países)	Transporte	5,2
Campo de Carcará (bloco exploratório BM-S-8)	Venda de participação (66%) em Carcará	Statoil (Noruega)	Produção	2,5
Petrobras Argentina (Pesa)	Venda da participação de 67,19% na empresa	Pampa Energía (Argentina)	Energia/Internacional	0,9
Petrobras Chile Distribuidora (PCD)	Venda de 100% da empresa	Southern Cross Group (Austrália)	Distribuição/Internacional	0,5
Liquigás Distribuidora S.A.	Venda integral da subsidiária	Ultrapar (Brasil)	Distribuição	0,8
Refinaria Nansei Seikyu (NSS)	Venda de 90% das ações da empresa	Taiyo Oil Company (Japão)	Refino	0,1
Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e ativos logísticos	Venda integral	Acelen Energia - Mubadala Capital (fundo de investimento dos Emirados Unidos)	Refino	1,8
Unidade de Industrialização do Xisto (SIX)	Contrato de venda assinado	F&M Resources (Canadá)	Refino	0,033
Refinaria Isaac Sabbá (Reman)	Contrato de venda assinado	Grupo Atem (Brasil)	Refino	0,189
Refinaria Pasadena	Venda integral	Chevron (EUA)	Refino	0,562
<b>Total</b>				<b>15,371</b>

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

Fonte: elaboração própria com dados da ANP.

Para além da discussão sobre os valores pelos quais foram vendidos os ativos, é importante notar na Tabela 1 que os empreendimentos desfeitos pela Petrobras estão relacionados a quase todas as etapas do circuito espacial produtivo do petróleo, desde blocos de campos de produção de petróleo bruto até processadoras de energia, passando por refinarias e sistemas de transporte e distribuição. Isso se mostra ainda mais crucial do que os valores ofertados por cada ativo, visto que estes não podem ser analisados de forma isolada, como querem os economistas ortodoxos do neoliberalismo, mas em todas as suas ligações, sobretudo no que diz respeito ao processo produtivo.

Somente a partir dessa compreensão se torna possível afirmar que a retirada de tais objetos, sistemas e macrossistemas técnicos do controle da Petrobras é acabar com a integração vertical da empresa (MORAES, 2018). Nesse mesmo sentido, Sauer e Rodrigues (2016, p. 214) afirmam que isso “contribuirá para transformar a Petrobras em uma empresa subordinada aos interesses de certos grupos que a disputam, como as elites do país e seus aliados internacionais, afastando-a do papel de instrumento de transformação da realidade social do Brasil”. Mas além disso, ela deixa de se mostrar como um importante centro dinâmico de decisão do território brasileiro, dada sua fragilização na capacidade de proteger e controlar, e como argumentamos aqui, mediar as forças mercantis externas ao território nacional, os interesses internacionais e as fortes transformações globais que marcam o circuito espacial produtivo do petróleo. Isso pode se expressar tanto pelos efeitos multiplicadores e potencialidade de desenvolvimento da economia nacional pelo poder de compra da empresa possui (DE NEGRI et al., 2011), especialmente no contexto de políticas de Conteúdo Local (FURNO, 2020); até mesmo na capacidade de, mesmo que pequena, de influenciar internacionalmente no preço do petróleo bruto, sobretudo após o início da exploração do Pré-sal sob coordenação da Petrobras, e dos preços dos derivados e combustíveis no mercado nacional (SAUER, 2016).

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

O caráter verticalmente integrado da Petrobras, com foco especial nos sistemas técnicos, infraestruturas e equipamentos de transportes e distribuição, também dá a ela a capacidade de minimamente coordenar e disciplinar os fluxos desse circuito no território nacional, integrando e abastecendo com derivados todas as regiões e quase a totalidade dos estados da federação. Isso se dá em razão de sua empresa subsidiária, a Transpetro, que aglutina as áreas de produção, refino e distribuição, além de prestar serviço a diversas distribuidoras e à indústria petroquímica, se valendo para isso de sistemas de dutos e terminais de petróleo, derivados e gás natural, e grande frota de navios para o transporte marítimo (COSTA, 2019). Estrutura essa que vem sendo dilapidada e desmembrada em razão da privatização de importantes vias de circulação de gás natural, como o NTS (Tabela 1), assim como a recém venda de 20 navios de sua frota, praticamente metade da que possuía até 2021, quando contava com o total de 55 embarcações (MÜLLER, 2022), reduzindo enormemente a importância que a Petrobras tem na integração nacional pela navegação de cabotagem (FONSECA, 2015).

Outro importante alvo do processo de privatização da estrutura produtiva da Petrobras são as refinarias (Tabela 1). Esses grandes equipamentos são em si centrais para o circuito produtivo do petróleo, pois são pontos de passagem obrigatória entre a extração do óleo cru e a distribuição dos seus derivados, sendo também o momento da produção em que as empresas, como a Petrobras, estabelecem o preço de venda de seus produtos para os distribuidores nacionais e, portanto, importante fonte de rendimentos. Por um lado, as refinarias que ainda não passaram por privatização têm contribuído para o fato das margens de lucro da Petrobras terem crescido fortemente desde a adoção do PPI, dada a incorporação de custos de importação aos preços de venda dos derivados, ainda que estes sejam produzidos integralmente no território nacional; a redução de alguns custos operacionais de produção, como na extração em novas reservas como do Pré-sal; e, principalmente, em razão da elevação da cotação internacional do barril de petróleo e seus derivados, notadamente após meados de 2020 (Gráfico 2). Importante somente ressaltar que apesar desses lucros elevados por parte

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

da empresa estatal, parte significativa dos dividendos são pagos aos acionistas minoritários, sendo muitos deles privados e localizados fora do território nacional (Gráfico 1).

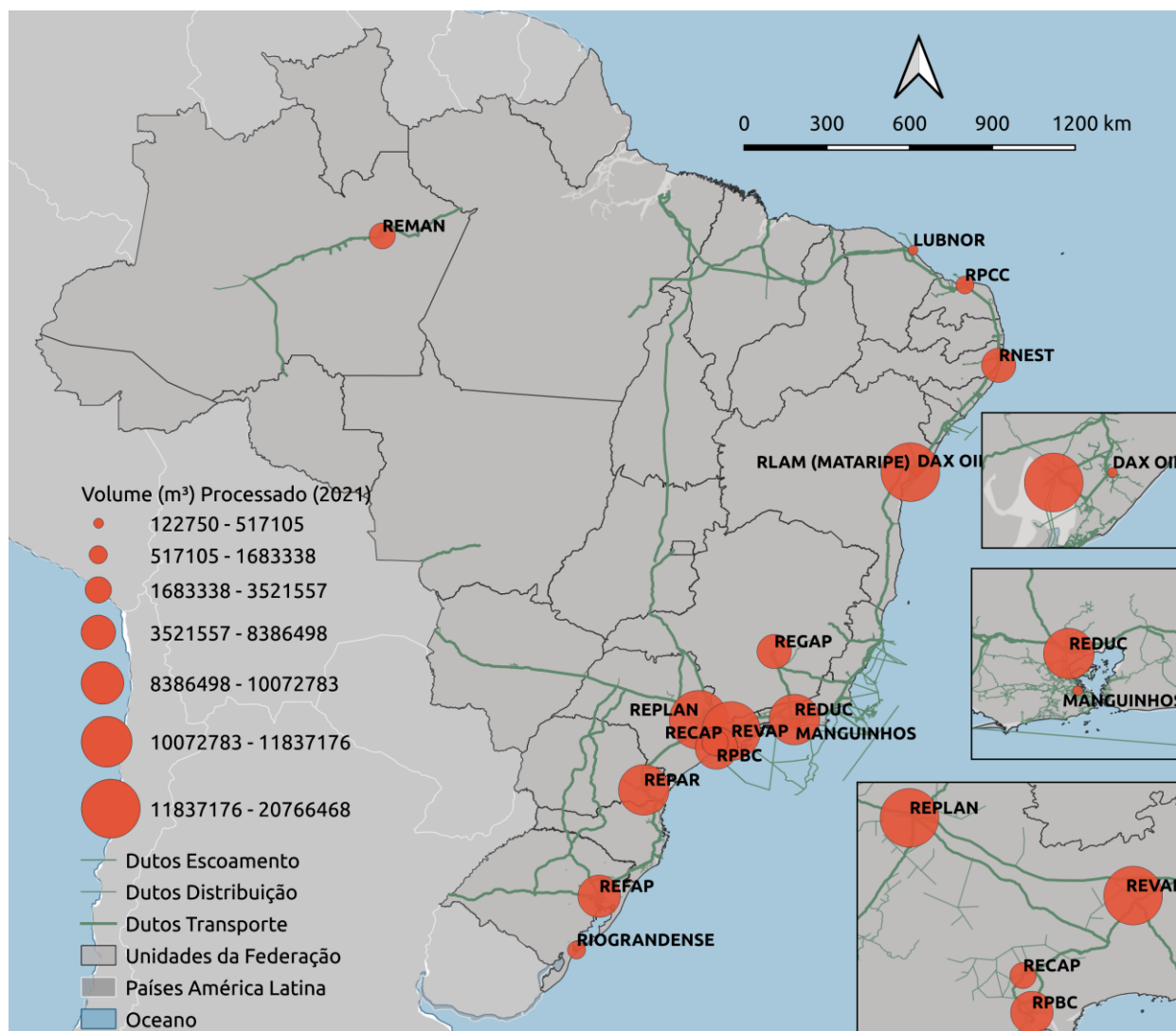
Por outro lado, a privatização de refinarias instaladas no território brasileiro pode fragilizar ou mesmo inviabilizar a capacidade de controle e regulação das dinâmicas de preços dos derivados no mercado nacional por parte da Petrobras, ainda que a política de PPI venha a ser revista ou mesmo revogada por governos federais com outras orientações políticas distintas das que guiam as gestões desde 2016. Ao mesmo tempo, a venda desses equipamentos pode acabar rompendo um “quase<sup>5</sup> monopólio” nacional guiado pela empresa estatal, mas criando “quase monopólios” regionais gestados por empresas privadas. A conformação desses “mercados regionais” das refinarias se deve ao seu processo histórico de distribuição espacial, que a princípio teve forte relação com os principais portos do território (MONIÉ, 2010) e posteriormente uma importante contribuição no processo de industrialização e desenvolvimento econômico dessas regiões (COSTA, 2012).

Essa situação de “quase monopólio” regional privado faz com que alguns órgãos fiscalizadores da União questionem a privatização de algumas refinarias que já passaram para o controle de empresas de capital privado, como é o caso da REMAN (Mapa 1), que agora é gerida pela Ream Participações, uma sociedade constituída recentemente e que faz parte do Grupo Atem; e a RLAM, que foi vendida para o fundo de investimentos Acelen Energia. Isso pode ser um caminho de explicação para o aumento da desigualdade regional dos preços, visto que após sua privatização a RLAM tem vendido a gasolina com preços médios mais elevados do que a Petrobras (RBA, 2022).

---

<sup>5</sup> O termo “quase” é aqui empregado pois, como já foi dito, desde 1997 não está mais em vigência no quadro regulatório brasileiro o regime de monopólio no segmento de refino de petróleo. Apesar disso, nunca houve significativos investimentos privados para a implantação de novas refinarias. Esse mesmo termo também precisa ser empregado pois as distribuidoras de combustíveis e derivados podem importar seus produtos em vez de comprar das refinarias da Petrobras ou de outras privadas localizadas no território nacional.

**Mapa 1** - Localização das refinarias instaladas no território nacional, segundo o volume de óleo processado (2021).



Fonte: elaboração própria com dados da ANP.

Além desse processo de venda de ativos, é possível notar uma redução das áreas de atuação da Petrobras a partir da observação do Gráfico 8. Observa-se como, a partir de 2014, há uma redução marcante do total de investimentos da empresa, mas igualmente uma reconcentração desses nas atividades de Exploração e Produção (E&P), o que marca uma especialização regressiva da empresa, resumindo-se à extração de petróleo bruto. Esse foco dos investimentos da empresa fragiliza a expansão e até mesmo manutenção

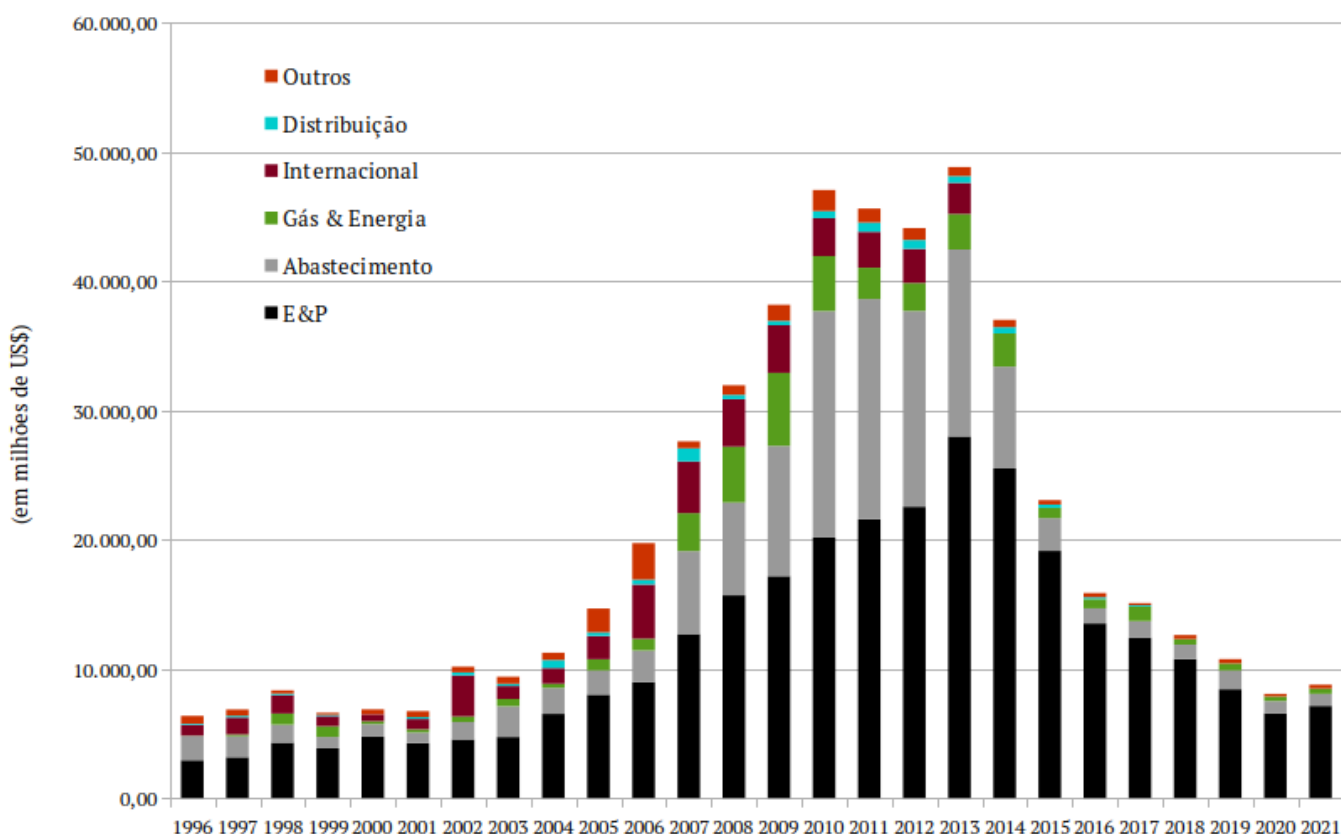
DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)



de sua estrutura verticalmente integrada na produção de derivados de petróleo, não só com relação aos combustíveis, mas também de outros produtos não-energéticos, como é o caso dos fertilizantes, que ganhou notória preocupação desde o início da guerra da Ucrânia. Isso também pode fragilizar ainda mais a capacidade de refino do território nacional e os sistemas de estoque e armazenagem desses derivados, o que é fundamental na atual conjuntura de eventos catastróficos, como foi o caso da pandemia de Covid-19, como são as guerras e conflitos armados em países centrais à produção e/ou circulação de petróleo. Assim como é o caso de eventos climáticos, que se tornarão ainda mais comuns e afetarão diretamente esse circuito espacial produtivo extremamente globalizado.

**Gráfico 8** - Evolução investimentos da Petrobras por segmento de atuação (1996-2001).



Fonte: elaboração própria com dados da ANP.

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

Ao mesmo tempo, nota-se uma redução ou quase interrupção completa dos investimentos voltados para o desenvolvimento de empreendimentos energéticos de outras fontes que não baseadas em hidrocarbonetos. Por um lado, isso fragiliza enormemente o projeto de transformação da Petrobras em uma empresa de energia, tendência essa que vinha se construindo desde de a década de 1990 e que replicava os movimentos que segue sendo realizado por outras petroleiras globais. Por outro, reduz o papel central que a empresa poderia exercer, assim como foi ensaiado a partir de alguns empreendimentos como de biocombustíveis e gás natural, num processo de transição energética voltada a geração de energia limpa, renovável e de baixo-carbono (DUARTE, 2020).

Por essas razões, ainda que haja uma profunda reorientação política da Petrobras por meio de uma nova política energética do governo federal, encontramos no próprio território certas empecilhos e obstáculos que podem impedir ou criar dificuldades na constituição de outra dinâmica de preços dos derivados de petróleo no território brasileiro. Isso em razão tanto dos aspectos materiais desse território, como discutido nessa parte do texto; assim como em relação aos agentes econômicos e redes financeiras que usam e reorientam esse território para alimentar seu processo de acumulação de capital, como foi discutido anteriormente.

### **Considerações finais**

Com o presente texto buscou-se argumentar que uma das razões que podem explicar a atual crise dos preços dos derivados de petróleo no território brasileiro está na incorporação progressiva e quase exclusiva das lógicas corporativa e financeira como orientadoras das ações da Petrobras. Isso decorre, em grande medida, pelo avanço do neoliberalismo no território nacional durante as últimas três décadas, com momentos de maior avanço nas pautas de privatização e abertura do mercado nacional para ação de agentes internacionais, e outros de combinação de políticas sociais e alianças com

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

frações financeiras do capital. De todo modo, o avanço do neoliberalismo ganha novo fôlego e se radicaliza de forma avassaladora a partir do rompimento democrático de 2016, quando então o governo federal implementa o PPI, reorienta as atividades da Petrobras para alimentar os acionistas minoritários com maiores dividendos e reduz seus investimentos no abastecimento do território nacional com derivados de petróleo essenciais para a população brasileira.

Para além da elevação dos preços dos combustíveis, tentamos argumentar que as orientações corporativa e financista da Petrobras contribuem para a aceleração da flutuação desses preços dos principais combustíveis derivados de petróleo, atingindo fortemente no planejamento das ações de diversos agentes econômicos, mas igualmente a vida cotidiana da população brasileira. Ademais, essa lógica corporativa da empresa pública de petróleo pode acabar contribuindo na ampliação das desigualdades regionais, especificamente no acesso aos derivados mais fundamentais para a reprodução das famílias brasileiras, como gasolina e GLP.

Por fim, insistimos no argumento de que a Petrobras pode, assim como deve, ser um importante centro de decisão do desenvolvimento territorial e econômico do país, dado não somente à importância estratégica e mesmo geopolítica do petróleo, mas sobretudo à essencialidade de seus derivados para os sistemas de movimentação geográfica e reprodução da força de trabalho da população. Portanto, a presença territorialmente difundida dos sistemas produtivos, sobretudo de abastecimento e distribuição, também se mostram essenciais para a integração e redução das desigualdades regionais, ao menos com relação a um acesso mais justo aos derivados de petróleo. Igualmente fundamental é a manutenção e retomada da estrutura verticalmente integrada da empresa, de modo que ela possa ser um importante instrumento de mediação e controle entre as incertas dinâmicas e possíveis crises do circuito espacial produtivo global de petróleo, em especial na questão da flutuação dos preços internacionais dessa *commodity*, e as demandas e determinações do território nacional. De modo que a empresa pública de petróleo tenha como principal propósito

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

o de condicionar o circuito produtivo do petróleo aos interesses do território e não o de canal de internalização de efeitos das crises globais e expropriação de suas riquezas para a acumulação de grupos privados internacionais.

### Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, Carlos. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. **Cadernos MetrÓpole**, v. 19, n. 38, p. 45–69, abr. 2017.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Plano diretor da Reforma do aparelho do Estado**. . Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: ago. 2018.
- CONTRERAS, Edelmira del Carmen Alveal. **Os desbravadores: A Petrobrás e a construção do Brasil industrial**. Rio de Janeiro, RJ: ANPOCS, 1993.
- COSTA, Pierre. **A cidade do petróleo: uma geo-história do refino do petróleo no Brasil**. Guarapuava - Irati - Paraná - Brasil: Editora Unicentro, 2012.
- \_\_\_\_\_. A geoeconomia da Transpetro. In: SILVEIRA, Márcio Rogério; FELIPE JUNIOR, Nelson Fernandes (Org.). **Circulação, transportes e logística no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- DE NEGRI, João Alberto et al. (Org.). **Poder de compra da PETROBRAS: impactos econômicos nos seus fornecedores. Volume 1**. Brasília: IPEA, 2011.
- DUARTE, Luciano. **Circuito espacial produtivo do petróleo na Bacia de Santos e a economia política da Região Metropolitana da Baixada Santista**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2019.
- \_\_\_\_\_. Transformações recentes no circuito espacial produtivo de hidrocarbonetos e nas trajetórias da transição energética no Brasil. **Caravelle. Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien**, n. 115, p. 41–58, 1 dez. 2020.

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)

- DUARTE, Luciano; NABARRO, Wagner. Círculos financeiros e circuito do petróleo: instrumentos financeiros para investimento em atividades e fornecedores da Petrobras. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 25, n. 3, dez. 2021.
- EGLER, Claudio Antonio Gonçalves; RIO, Gisela Pires Do. Petrobras : incertitudes d'un acteur énergétique global. **Outre-Terre**, n. 42, p. 163–171, 17 abr. 2015.
- FONSECA, Rafael Oliveira. A navegação de cabotagem no Brasil. **Mercator**, v. 14, n. 01, p. 21–46, 26 abr. 2015.
- FURNO, Juliane da Costa. **Limites e possibilidades do desenvolvimento econômico na periferia capitalista : a política de conteúdo local no setor de petróleo e gás**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2020.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edicoes Loyola, 2004.
- LABBAN, Mazen. Oil in parallax: Scarcity, markets, and the financialization of accumulation. **Geoforum**, Themed Issue: Geographies of Peak Oil. 00105, v. 41, n. 4, p. 541–552, 1 jul. 2010.
- LESSA, Carlos. Prefácio. In: FEROLLA, Sergio Xavier; METRI, Paulo. **Nem todo o petróleo é nosso**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- LIMA, Paulo César Ribeiro. **Pré-sal: o novo marco legal e a capitalização da Petrobras**. Rio de Janeiro, RJ: Synergia Editora, 2011.
- MONIÉ, Frédéric. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: PIQUET, Rosélia (Org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- MORAES, João Antonio. Sistema energético brasileiro. Petrobrás: história, atualidade e perspectivas. In: SADER, Emir (Org.). **Se é público, é para todos**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018.
- MÜLLER, Carlos Augusto. **Venda de navios esvazia programa de estímulo à cabotagem. CTB**. Disponível em: <<https://ctb.org.br/noticias/economia/venda-de-navios-esvazia-programa-de-estimulo-a-cabotagem/>>. Acesso em: abr. 2022.
- PESSANHA, Roberto Moraes. **A relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidades**. Tese de Doutorado em
- DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Políticas Públicas e Formação Humana – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PIQUET, Rosélia. Petróleo e desenvolvimento regional no Brasil. In: MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob (Org.). **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X / Editora da FAPERJ, 2012.

RBA, Tiago Pereira, da. **Refinaria privatizada vende gasolina 27,4% mais cara do que a Petrobras. Rede Brasil Atual.** Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2022/03/refinaria-privatizada-vende-gasolina-274-mais-cara-do-que-a-petrobras/>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica sobre do espaço: território usado, território praticado. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

\_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, p. 81–100, 1977.

\_\_\_\_\_. Uma ordem espacial : a economia política do território. **Geonova**, n. 13, p. 33–48, 2001.

SAUER, Ildo. O pré-sal e a geopolítica e hegemonia do petróleo face às mudanças climáticas e à transição energética. In: MELFI, Adolpho José **et al.** (Org.). **Recursos minerais no Brasil: problemas e desafios**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2016.

SAUER, Ildo; RODRIGUES, Larissa Araújo. Pré-sal e Petrobras além dos discursos e mitos: disputas, riscos e desafios. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 88, p. 185–229, 2016.

SILVEIRA, Maria Laura. Geografía y formación socioespacial: por un debate sustantivo. **Estudios Socioterritoriales. Revista de Geografia**, v. 2, n. 16, p. 28, 2014.

TAYLOR, Peter J.; FLINT, Colin. **Geografía política: economía mundo, estado-nación y localidad**. Madrid: Trama, 2002.

**Data de Submissão: 28/06/2023**

**Data da Avaliação: 20/12/2023**

DUARTE, *Funções mediadoras da Petrobras na formação socioespacial brasileira: a questão dos preços de derivados de petróleo*

Doi: [10.51308/continentes.v1i23.452](https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.452)